

***Licenciatura
2017-2018***

**DIREITO CONSTITUCIONAL II
(TURMA C - DIA)**

Regente: Luís Pereira Coutinho

PLANO GERAL DO CURSO

- I.** A afirmação histórica do Estado Constitucional
- II.** Princípios estruturantes do Estado Constitucional
- III.** Órgãos do Estado
- IV.** Atos jurídico-constitucionais:
- V.** Atos legislativos em especial;
- VI.** A fiscalização da constitucionalidade das leis

PROGRAMA

I. A afirmação histórica do Estado Constitucional

- 1.** Da afirmação do Estado moderno ao Estado Constitucional contemporâneo
 - 1.1.** A afirmação do Estado moderno
 - 1.2.** O momento liberal
 - 1.3.** O momento pós-liberal
 - 1.4.** O Estado Constitucional do segundo pós-guerra europeu
 - 2.** História constitucional portuguesa: síntese
 - 3.** A Constituição portuguesa vigente
 - 3.1.** O processo constituinte longo
 - 3.2.** Caráter geral e sistema da Constituição
-

II. Princípios estruturantes do Estado Constitucional

1. Aspectos gerais
 - 1.1. Enumeração
 - 1.2. Relevância
 - 1.2.1. Relevância identificadora ou estruturante
 - 1.2.2. Relevância normativa
 - 1.2.3. Relevância hermenêutica
2. Estado de Direito
 - 2.1. Estado e Direito: diferença ou identidade?
 - 2.2. Elementos formais do Estado de Direito
 - 2.3. Elementos materiais do Estado de Direito
3. Democracia: rememoração
4. Socialidade
5. Unidade do Estado e descentralização: rememoração

III. Órgãos do Estado

1. A afirmação e desenvolvimento dos conceitos de pessoa e órgão do Estado: síntese histórica;
 2. Conceito de órgão do Estado
 - 2.1. Conceito;
 - 2.2. Conceitos afins;
 - 2.3. Elementos constitutivos;
 - 2.4. Órgão do Estado e representação em sentido jurídico: problematização.
 3. Classificações
 4. Regime constitucional
 - 4.1. Órgãos de soberania: regime;
 - 4.2. Órgãos constitucionais: regime;
 - 4.3. Os órgãos colegiais em especial.
 5. Órgãos do Estado e órgãos de entes infra-estaduais;
 - 5.1. Pessoa do Estado e pessoas infra-estaduais;
 - 5.2. Os órgãos das regiões autónomas.
-

IV. Atos jurídico-constitucionais

1. Conceito e tipos;
2. Pressupostos, elementos e requisitos;
3. Qualificação, validade e eficácia;
4. A inconstitucionalidade e o desvalor jurídico do ato inconstitucional.

V. Atos legislativos em especial

1. Teoria dos atos legislativos
 - 1.1. Síntese histórica;
 - 1.2. Forma de lei e conteúdo da lei: o sentido da lei;
 - 1.3. Forma de lei e força de lei;
 - 1.4. Força de lei, preferência de lei e reserva de lei;
 - 1.5. Tipicidade da lei;
 - 1.6. Formas de lei e relações inter-legislativas.
 2. O sistema de atos legislativos na Constituição portuguesa
 - 2.1. Competências legislativas e formas de lei na Constituição: quadro geral;
 - 2.2. Leis comuns e leis reforçadas;
 - 2.3. O primado da Assembleia da República: colocação do problema.
 3. Leis da Assembleia da República
 - 3.1. A competência legislativa da Assembleia da República;
 - 3.2. Em especial: a competência legislativa reservada;
 - 3.3. O procedimento legislativo parlamentar;
 4. Decretos-lei do Governo
 - 4.1. A competência legislativa do Governo;
 - 4.2. A competência legislativa concorrencial;
 - 4.3. A competência legislativa autorizada;
 - 4.4. A competência legislativa complementar;
 - 4.5. A apreciação parlamentar de decretos-lei.
 5. Decretos legislativos regionais
 - 5.1. A autonomia legislativa regional: síntese histórica e conceitual;
 - 5.2. Tipologia de competências legislativas regionais;
 - 5.3. Relações entre atos legislativos do Estado e atos legislativos regionais.
 6. As leis reforçadas
-

VI. A fiscalização da constitucionalidade das leis

1. Garantia da Constituição e fiscalização da constitucionalidade das leis: conceitos e problemas fundamentais
2. A fiscalização da constitucionalidade das leis em especial
 - 2.1. Os sistemas de fiscalização da constitucionalidade: síntese comparativa
 - 2.2. A fiscalização da constitucionalidade na Constituição de 1976: caracterização geral
 - 2.3. Os processos de fiscalização da constitucionalidade
 - 2.3.1. O processo de fiscalização preventiva abstrata
 - 2.3.2. O processo de fiscalização sucessiva abstrata
 - 2.3.3. O processo de fiscalização sucessiva concreta
 - 2.3.4. O processo de fiscalização da inconstitucionalidade por omissão

BIBLIOGRAFIA

JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, *Lições de Direito Constitucional*, II, 2.^a ed, AAFDL.

MARIA LÚCIA AMARAL, *A Forma da República*, Coimbra Editora;

J.J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.^a ed., Almedina;

JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, V, 4.^a ed. e VI, 4.^a ed., Coimbra Editora;

CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Curso de Direito Constitucional*, I, 3.^a ed., Coimbra Editora;

PAULO OTERO, *Direito Constitucional Português*, I e II, Almedina.
